



30 de Janeiro de 2018

## **Entre diminuição da confiança pública no governo e aumento da desigualdade, o progresso no sentido da transparência orçamental global estagna pela primeira vez numa década**

*O Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2017 mostra que 89 em 115 países falham ao não disponibilizarem informações orçamentais suficientes ao público; a International Budget Partnership refere que esta falha prejudica a capacidade de os cidadãos de todo o mundo responsabilizarem os seus governos pela gestão dos fundos públicos.*

**Washington, D.C.** — De acordo com os resultados do Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2017 (IOA), realizado pela International Budget Partnership (IBP), muitos governos de todo o mundo disponibilizam cada vez menos informações sobre como angariam e gastam os fundos públicos.

Após 10 anos de progresso estável por parte dos países, a IBP refere que o IOA de 2017 mostrou uma pequena descida nos resultados médios da transparência orçamental global, de 45 em 2015 para 43 em 2017 para os 102 países inquiridos em ambas as rondas (os resultados são contabilizados entre 0 e 100). Esta situação contrasta vivamente com o aumento médio de cerca de dois pontos documentados entre países comparáveis em cada ronda do IOA entre 2008 e 2015. A reversão dos ganhos de transparência é particularmente desencorajadora devido ao facto de cerca de três quartos dos países avaliados não publicarem informações orçamentais suficientes (um resultado de 61 ou superior).

Lançado em 2006, o IOA é a única avaliação mundial independente e comparativa dos três pilares de responsabilidade orçamental pública: transparência, fiscalização e participação pública. Na sexta ronda desta avaliação bienal, o inquérito de 2017 avaliou 115 países em seis continentes, adicionando 13 novos países ao inquérito desde a última ronda em 2015.

Warren Krafchik, director executivo da IBP, referiu: “As diminuições na transparência orçamental são preocupantes num cenário global de desigualdade crescente, de restrições dos meios de comunicação e da liberdade cívica, e de enfraquecimento da confiança entre cidadãos e seus respectivos governos.”

“Os cidadãos de cada país do mundo têm o direito de saber a forma como o seu governo angaria e gasta os fundos públicos” – continua Krafchik. “Os cidadãos devem também ter oportunidades para participar na formulação e fiscalização do orçamento, o que pode levar a orçamentos mais equitativos e a despesas mais eficientes. A falha da maioria dos governos em não envolver o público na tomada de decisões ou em não explicar os seus planos e orçamentos enfraquece a confiança e prejudica a democracia.”



## Comunicado de imprensa

As reduções da transparência orçamental foram mais dramáticas na África Subariana, onde os resultados médios de transparência orçamental caíram 11 pontos entre 2015 e 2017. Outras regiões tiveram pequenos aumentos ou pequenos declínios nos respectivos resultados, à excepção da Ásia, onde o resultado médio subiu mais substancialmente. Alguns países tiveram ganhos significativos de transparência desde que foram incluídos pela primeira vez no inquérito, incluindo a Geórgia, a Jordânia, o México e o Senegal.

O IOA de 2017 revelou também que a maioria dos países não fornece oportunidades significativas ao público para que participe no processo orçamental, tanto para informar as decisões sobre a forma como o governo angaria e atribui fundos, como para responsabilizar o governo pela implementação dessas decisões. Nenhum dos 115 países inquiridos oferece oportunidades de participação consideradas adequadas (um resultado de 61 ou superior). O resultado médio global é apenas de 12 em 100, tendo 111 países resultados fracos (inferiores a 41). Sem oportunidades de participação activa por parte dos cidadãos, particularmente cidadãos de grupos marginalizados ou vulneráveis, os sistemas orçamentais poderão servir apenas os interesses de elites poderosas.

Além de avaliar a transparência e a participação, o IOA também avaliou o papel das instituições formais de fiscalização, como as instituições supremas de auditoria (ISA) e os órgãos legislativos. O inquérito concluiu que os órgãos legislativos de apenas 32 países (28%) têm práticas adequadas de fiscalização, os de 47 países (41%) têm práticas limitadas de fiscalização e os de 36 países (31%) têm práticas fracas de fiscalização. Comparativamente, o IOA concluiu que em 75 de 115 países (65%) as condições básicas para as ISA fornecerem fiscalização adequada estão presentes. Instituições de fiscalização bem financiadas e independentes são críticas para uma melhor planificação e implementação do orçamento.

Nem todas as notícias são más nesta ronda. Houve vários progressos no sentido de mais orçamentos abertos. Embora o número de documentos orçamentais publicamente disponíveis tenha diminuído nesta ronda do inquérito comparativamente a 2015, os documentos publicados contêm ligeiramente mais informações agora do que continham em anos anteriores. Embora a transparência global geral tenha diminuído desde 2015, o nível de transparência em 2017 continua acima do que era há uma década.

“Os resultados de transparência nesta ronda do inquérito mostram que qualquer governo, independentemente da região ou da cultura, pode tornar-se mais transparente” – referiu ainda Krafchik. “A grande maioria dos países do mundo poderia melhorar rapidamente a transparência disponibilizando ao público documentos que já produz. A maioria dos países que produz documentos que não publica nos sites oficiais já publica outros documentos online, por isso podia facilmente fazê-lo para todos os outros documentos.”

Para obter o relatório completo, incluindo recomendações e outros recursos, como resultados específicos de cada país, vá a [www.openbudgetsurvey.org](http://www.openbudgetsurvey.org).



INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP  
Open Budgets. Transform Lives.

## Comunicado de imprensa

*A [International Budget Partnership](#) colabora com as organizações da sociedade civil de todo o mundo no sentido de analisar, acompanhar e influenciar os processos orçamentais, as instituições e os resultados do governo. O objectivo da IBP é tornar os sistemas orçamentais mais transparentes e responsáveis para o público, de modo a melhorar a governação e combater a pobreza. A Fundação Ford, o Open Society Institute, a Fundação Flora and William Hewlett, o Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (UKAid), o Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros e Desenvolvimento Internacional e a UNICEF financiam a Iniciativa do Orçamento Aberto na International Budget Partnership.*